

Capítulo V

Sistema industrial e estratificação social

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. Sistema industrial e estratificação social. In: *Sociedade industrial no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 149-168. ISBN: 978-85-9966-277-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo V

Sistema industrial e estratificação social

1. Delimitação do tema

Tratarei aqui dos efeitos do sistema industrial e de suas alterações, sobre a estratificação social. Uso a expressão “alterações do sistema industrial” em sentido amplo, para indicar não só mudanças tecnológicas, como as de estrutura econômica, tais como crescimento das empresas, modificações da estrutura do mercado etc. O assunto é vasto e necessário se torna limitá-lo no tempo e no espaço. Na primeira parte da exposição, considerarei apenas as mudanças mais recentes do sistema industrial, as quais se vêm intensificando desde, aproximadamente, o último quartel do século passado. Por outro lado, embora haja aspectos dos fenômenos em questão, com validade mais geral, focalizarei os setores industrialmente mais adiantados da sociedade ocidental. Na segunda parte, farei breve exame de alguns dos efeitos do desenvolvimento industrial sobre a estratificação social do nosso país.

Não tenho a intenção de examinar exaustivamente o problema; limitar-me-ei a observações gerais sobre determinadas camadas da estratificação.

2. Conceituação

Poucas áreas da sociologia apresentam-se tão confusas de pontos de vista como a da estratificação social. Indica-o a diversidade de termos encontrados na literatura especializada – casta, estamento, classe social, grupos de *status*, classes políticas, grupos sócio-econômicos etc. Embora isto decorra, em parte pelo menos, de confusão terminológica e teórica, para par com diferenças de posição política, é provável, como sugere T. H. Marshall¹, que reflita também a complexidade dos fatos a explicar. Não é

¹ “General Survey of Changes in Social Stratification in the Twentieth Century”, *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, vol. III, Londres: International

necessário mencionar toda a variedade de sistemas de estratificação encontrados nas sociedades atuais e nas do passado. Basta apontar para a natureza multidimensional da estratificação da sociedade ocidental moderna (Marshall pensa mesmo que o caráter multidimensional desta estrutura da nossa sociedade se vai progressivamente acentuando)² e atentar para o fato de estar a mesma em fluxo contínuo. Em artigo recente³, Nelson Foote, sociólogo americano, chega a empregar expressões como desestratificação e reestratificação. Para salientar este ponto de vista dinâmico, poderíamos denominar o nosso tema: aspectos da desestratificação e reestratificação da sociedade sob o impacto da mudança econômica.

Antes, porém, é necessário definir os termos a utilizar, não só devido à imprecisão dos mesmos na literatura sociológica, como também, porque, sendo a estratificação fenômeno multidimensional, se devem indicar os aspectos de interesse no momento. Um número crescente de sociólogos se tem utilizado das categorias empregadas por Max Weber – classe, *status* e poder⁴ – que indicam respectivamente as dimensões econômica, social e política do fenômeno da estratificação social. Nesta exposição, é de menor importância a dimensão poder⁵, e, por isso, discutirei, principalmente, as outras duas, isto é, classe e *status*.

O tratamento dado por Weber à estratificação social é essencialmente analítico. Classe e *status* não fazem parte de estruturas concretas que

Sociological Association, 1956, p. 2.

² *Idem*, p. 3-4.

³ Nelson N. Foote, “Desestratificação and Reestratificação: An Editorial Foreword”, *The American Journal of Sociology*, vol. 58, nº. 4 (janeiro de 1953), p. 325-326. Nestas páginas de introdução aos artigos deste número da revista *The American Journal of Sociology*, dedicados ao estudo da estratificação social, Foote mostra a necessidade, devido à rapidez da mudança social contemporânea, de análises da estratificação social que focalizem o processo de sua transformação.

⁴ “Class, Status, Party”, *From Max Weber: Essays in Sociology*, Tradução, notas e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills, Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltd., 1947, p. 180-195.

⁵ O estudo da “classe dominante” exemplifica o tipo de problema referente à dimensão poder da estratificação social. Ver, por exemplo, Gaetano Mosca, *The Ruling Class (Elementi di Scienza Politica)*, tradução inglesa de Hannah D. Kahn, Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1939. Marshall formula interessantes hipóteses sobre as condições conducentes à cristalização de uma classe dominante. *Op. cit.*, p. 10.

existam independentemente. São componentes causais do fenômeno da desigualdade social. O fato central a ser explicado é a distribuição desigual de oportunidades devida (*Lebenschancen*) entre os membros da sociedade, isto é, a probabilidade característica de aquisição de certos bens, do gozo de certas condições externas de vida e de experiência de determinadas satisfações e frustrações. Para Weber, tais oportunidades de vida não têm apenas uma única causa. A situação de classe e a posição na hierarquia de *status* são dois dos componentes causais das oportunidades de vida dos membros da sociedade.

A situação de classe de uma pessoa é, em última análise, a sua posição no mercado⁶: ter ou não bens, e o tipo de bens ou de serviços, que se oferecem no mercado, são as categorias básicas na determinação da situação de classe. As oportunidades de vida decorrem não só da classe, como também da posição do indivíduo em uma hierarquia de *status*, isto é, em uma ordem segundo a qual o prestígio social se acha desigualmente distribuído pelos membros da sociedade⁷. As pessoas, que se encontram na mesma posição, nesta hierarquia, constituem um grupo de *status*; *este* tem, segundo Weber, o caráter de comunidade e caracteriza-se por um estilo de vida⁸. *Status* e classe operam conjuntamente para explicar um sistema de estratificação.

Desta breve exposição, vê-se que a análise do problema, por Weber, se situa claramente na herança intelectual marxista. Há, entretanto, diferenças capitais entre as duas interpretações do fenômeno, que precisam ser apontadas e que servirão para esclarecer melhor o ponto de vista aqui adotado.

⁶ De forma mais rigorosa, Weber define a situação de classe como “a probabilidade característica de aquisição de certos bens, de gozo de certas condições externas de vida e de experiência de certas satisfações e frustrações pessoais, na medida em que essa probabilidade for determinada pela quantidade e espécie de poder, ou pela sua ausência, de disposição de bens ou capacidades, para a obtenção de renda numa dada ordem econômica”. *Op. cit.*, p. 181.

⁷ Escreve Weber sobre as bases da hierarquia de *status*: A consideração social “pode estar ligada a qualquer característica, que seja compartilhada por uma pluralidade de pessoas, e, é claro, pode estar associada à situação de classe...” E mais adiante: A estimativa social do *status* “não precisa, necessariamente, estar ligada à situação de classe. Pelo contrário, regra geral, ela se opõe nitidamente às pretensões, puras e simples, da propriedade”. *Op. cit.*, p. 187.

⁸ As classes, pelo contrário, “não são comunidades; constituem apenas bases possíveis, e freqüentes, da ação comunal”. *Op. cit.*, p. 187.

Tanto Marx como Weber vêm a origem das classes nas condições econômicas, mas o segundo salienta o mercado, ao invés das relações de produção e, portanto, liga o fenômeno a uma situação histórica. Uma sociedade em que as relações estão baseadas apenas em *status* e parentesco (como as descritas por Maine) não pode ter classes. O aparecimento da moderna estrutura de classes está inextricavelmente ligado à evolução histórica do mercado – processo analisado magistralmente por Karl Polanyi⁹. Além disso, a concepção de Weber abre caminho para uma análise mais acurada das situações de classe, embora, como Marx, considere básica a divisão entre os proprietários e os que oferecem no mercado apenas a força do seu trabalho. Consoante a forma de propriedade e a natureza do trabalho com que se apresentam no mercado, as pessoas gozam de distintas oportunidades de vida. Segundo Marx, o desenvolvimento do capitalismo industrial concorre para uma simplificação progressiva do esquema de classes, tendendo estas a se reduzirem a duas: de um lado, a dos capitalistas, cada vez mais poderosos e, de outro, as massas proletárias, cada vez mais pobres. Marx reconhecia a existência de outras classes, remanescentes do feudalismo ou pertencentes a setores secundários do sistema capitalista, tendendo umas e outras a serem absorvidas pelos dois grandes contêdores – capitalistas e proletários¹⁰. A análise de Weber, pelo contrário, adapta-se perfeitamente à possibilidade de multiplicação das classes, oriundas da crescente diferenciação da estrutura do mercado. É neste sentido que procurarei, mais adiante levar a discussão do tema deste trabalho.

⁹ *The Great Transformation*, Nova Iorque: Farrar & Rinehart, 1944.

¹⁰ “Classe” e “luta de classe”, os dois conceitos básicos da concepção marxista da história, não foram tratados por Marx sistematicamente em nenhuma parte de sua obra. O capítulo final do terceiro volume, póstumo, de seu livro – *O Capital* é um início de tal análise, que ficou, entretanto, inacabada (*Capital*, vol. III: *The Process of Capitalist Production as a Whole*, organizado por Frederick Engels, tradução inglesa de Ernest Untermann, Chicago: Charles H. Kerr & Company, 1909, p. 1031-1032).

Precisamos, para compreender a sua concepção de classe social, analisar o uso que faz deste conceito nas suas obras históricas. Ver as seguintes análises do pensamento de Marx neste ponto: Nikolai Bukharin, “The Classes and the Class Struggle”, *Historical Materialism: A System of Sociology*, Nova Iorque: 1925, p. 276-311; Reinhard Bendix e Seymour Martin Lipset, “Karl Marx’s Theory of Social Classes”, in *Class, Status and Power: A Reader in Social Stratification*, Glencoe, Ill.: The Free Press, 1953, p. 26-35; e G. D. H. Cole, *Studies in Class Structure*, Londres: Routledge and Kegan Paul, 1955, p. 10-25.

A existência de uma classe não implica, necessariamente, na presença de consciência de classe ou em ação conjunta. A distinção traçada neste ponto por Weber é análoga à de Marx, entre classe em si (*an sich*) – um agregado de pessoas mantendo determinadas relações de produção, mas ainda não conscientes deste fato – e classe para si (*für sich*) – uma classe plenamente consciente da sua posição e papel social¹¹. Entretanto, a relação entre os dois fenômenos é, para Marx, necessária e inevitável, resultando, com o tempo, da posição comum de classe, consciência dos interesses comuns e uma psicologia e ideologia específicas. Weber, por seu lado, coloca deliberadamente, *como problema*, o estudo das condições em que a ação de classe *realmente* se desenvolve quando afirma que o seu aparecimento e sua modalidade – societal (luta de classes, por exemplo) ou comunal¹² – não são de modo algum fenômeno universal. Na maioria das vezes, acrescenta, emergem apenas reações similares, individuais, não coletivas, no sentido daqueles interesses que mais se coadunam com a situação comum de classe. Enumera as condições determinantes do aparecimento ou não de ação conjunta, a partir de uma situação comum de classe: (a) condições culturais gerais (estou aqui seguindo praticamente as suas palavras), principalmente condições intelectuais; (b) o grau de diferenciação desenvolvida entre as situações de classe; e (c) até que ponto são percebidas, pelos membros da sociedade, as conexões entre a desigualdade social e a sua causa nas situações de classe¹³. É surpreendente constatar quão pouca pesquisa se tem feito neste campo. Uma linha óbvia de investigação, aponte-se de passagem, está no estudo comparativo do

¹¹ Ver os estudos citados na nota anterior, principalmente o de Bukharin.

¹² Ação comunal, no conceito de Weber, é a ação orientada pelo sentimento de comunidade dos membros do grupo; e ação societal, por outro lado, decorre do ajustamento racional de seus interesses. *Op. cit.*, p. 183.

¹³ Uma análise dos estudos históricos de Marx revela as determinantes que, segundo ele, facilitam o desenvolvimento de crenças e ações comuns por parte dos membros de uma classe (pessoas na mesma posição no processo de produção). Bendix e Lipset, depois de tal exame, concluem: “Dessa forma, a organização da produção constitui a base necessária, mas não suficiente, da existência de classes sociais. Constantes conflitos referentes às recompensas econômicas, fácil comunicação de idéias entre os membros da classe, aparecimento de consciência de classe, e crescente descontentamento com a exploração... – são estas as condições que auxiliam a superação de diferenças e conflitos individuais e grupais, dentro de uma mesma classe e tornam-se responsáveis pela sua constituição em classe política autoconsciente”. *Op. cit.*, p. 30.

conflito industrial, nas várias categorias econômicas e profissionais, nos diversos países¹⁴.

Uma diferença crucial entre as duas análises do problema da estratificação é que, para Weber, ao contrário de Marx, a estratificação não tem apenas uma dimensão econômica; resulta também de uma hierarquia de *status*, fenômeno social no sentido restrito do termo. A importância deste ponto de vista tornar-se-á mais clara no decorrer desta exposição.

3. Influência das mudanças recentes do sistema industrial na estratificação da sociedade ocidental

São estes – classe e *status* – os conceitos principais utilizados neste trabalho. É claro que, considerando a natureza do problema – os efeitos das alterações recentes da estrutura industrial sobre a estratificação da nossa sociedade – a ênfase deverá cair no fenômeno classe, no sentido de Weber e o fator *status* será tratado em plano secundário, como elemento modificador da situação.

Antes de mais nada, devo mencionar a paucidade de pesquisas de campo que tratem do nosso problema; para bem situá-las, creio, deve-se lançar mão da análise histórica e de estatísticas ocupacionais.

Em artigo recente¹⁵, Cole mostra a constante dinâmica da estrutura de classes da Europa ocidental, com as sucessivas mudanças tecnológicas da revolução industrial. A primeira fase é a que se tem em mente ao usar a

¹⁴ Escreve Marshall: “Para encontrarmos o que se conhece sobre a dinâmica das classes (no sentido weberiano restrito), precisamos atentar para as pesquisas no campo das relações industriais, do sindicalismo e das bases do poder na esfera econômica. Estes estudos são frequentemente micro-cósmicos (*sic*) e não concebidos primariamente como contribuições para o estudo da estratificação social”. *Op. cit.*, p. 6. As pesquisas naquelas áreas, para serem mais significativas, deveriam ser comparativas e formuladas em relação a problemas de estratificação social. O trabalho de Kerr e Siegel pode ser citado como um exemplo nessa direção. Ver Clark Kerr e Abraham Siegel, “The Interindustry Propensity to Strike – An International Comparison”, in Arthur Kornhauser, Robert Dubin e Arthur M. Ross (ed.). *Industrial Conflict*, Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1954, p. 189-212.

¹⁵ G. D. H. Cole, “The Influence of Technological Changes on the Development of Class structure in Western Europe”, *op. cit.*, p. 26-42.

expressão “revolução industrial”; é o desenvolvimento do sistema fabril na indústria têxtil, no fim do século XVIII e começo do século XIX e as revoluções quase contemporâneas na mineração e metalurgia. A situação econômica do proletariado que surgiu não era, talvez, pior do que a dos trabalhadores do período do doméstico (*putting-out*); *aquele* proletariado era, porém, mais facilmente notado: achava-se aglomerado nas cidades, em péssimas condições urbanas, criadas pela própria revolução industrial. Realmente, nessa fase parecia que a profecia de Marx iria concretizar-se. O crescimento rápido das ferrovias, na meta e do século, a aplicação de métodos científicos à produção mecânica e o desenvolvimento do sistema bancário e do investimento industrial, marcam a segunda fase consoante Cole. Novos ofícios baseados na tecnologia da máquina, são continuamente criados e surge uma classe de operários qualificados, claramente diferenciada da massa não-qualificada, em grande parte constituída de recentes migrantes rurais. O sindicalismo que ganha força e estabilidade na época é um sindicalismo de operários qualificados, organizados de acordo com suas profissões. A massa operária não qualificada fica à margem do movimento trabalhista.

As duas fases mais recentes da análise de Cole são as que têm particular interesse para nós. Cria-se com elas o mundo industrial moderno, iniciado nas décadas finais do século XIX, através das transformações tecnológicas; é a época da eletricidade e do motor a explosão, da aplicação extensiva da química e, depois da física moderna, no campo da produção. Suas repercussões são de tal monta, que merecem de certos autores, entre os quais Georges Friedmann, a denominação de, segunda revolução industrial¹⁶. É todo o sistema industrial – empresas e estruturas de mercado – que se modifica.

“A grave depressão que se prolongou por mais de vinte anos, de 1873 a 1895”, escreve Friedmann, “marca; definitivamente, o declínio do liberalismo econômico e o fim de uma época ainda dominada pela livre concorrência, pelo livre-cambismo e pela fé na coincidência “harmoniosa”

¹⁶ Georges Friedmann, *Problèmes humains du machinisme industriel*, edição revista e aumentada, Paris, Librairie Gallimard, 1946, p. 13-25. Um livro recente de H. Pasdermajan, *La deuxième révolution industrielle* (Paris: Presses Universitaires de France, 1959), examina a segunda revolução industrial nos seus aspectos tecnológicos, de organização e administração das empresas, e de processo de distribuição; dá, porém, muito menos atenção às suas conseqüências sociais e econômicas mais amplas.

do interesse individual e do coletivo”¹⁷. Principia, então, uma concentração de propriedade industrial sem precedentes. Propriedade e controle da empresa separam-se; surge a grande sociedade anônima dos dias de hoje. É a época dos Rockfeller, dos Carnegie, dos Morgans, dos Krupp. São os trustes, os *pools* e os *corners* que se formam. A concorrência passa a ser entre os poderosos grupos nacionais ou internacionais. Ao mesmo tempo, aparece o protecionismo, os mercados nacionais abrigando-se atrás das muralhas alfandegárias.

Simultaneamente às transformações de estrutura econômica operam-se outras na organização das empresas. A racionalização do trabalho, ao se findar o século XIX¹⁸, exemplificada pelo taylorismo e, mais tarde, a introdução de formas de produção em massa, têm o mesmo sentido. Resultam na segmentação progressiva do trabalho industrial, até a sua quase completa decomposição em operações elementares, unidas pela linha de produção. Ao lado de máquinas cada vez mais especializadas, coloca-se uma mão-de-obra cada vez menos qualificada, não sendo os operários mais do que “cuidadores de máquinas”, que, com pouco treino, podem ser transferidos de um serviço para outro: seu trabalho exige apenas destreza e não qualificação verdadeira. Esta mudança realmente consistiu na separação, nos trabalhos industriais, da função de planejamento da de execução. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores manuais se nivelavam num mesmo plano de semiqualificação, criava-se um exército de supervisores, de toda ordem de técnicos, de administradores e empregados de escritório. “A conseqüência – estou citando Cole – foi uma diferenciação muito maior nas classes dos empregados, e uma perda de nitidez da divisão entre trabalhadores manuais (*wage-earners*) e empregados de escritório (*salary-earners*) e, portanto, entre os “trabalhadores” e a “classe média inferior”¹⁹,

¹⁷ Friedmann, *op. cit.*, p. 19.

¹⁸ Estou me referindo à fase do movimento de racionalização do trabalho que começa com Taylor, Gilbreth, Gantt etc. Entretanto, é claro, não quero dizer que a racionalização do trabalho se iniciou nessa época. Em qualquer sentido legítimo da expressão, o processo de racionalização do trabalho coincide com o próprio desenvolvimento do capitalismo moderno, desde a sua origem. Ver, por exemplo, Max Weber, “The Development of Industrial Technique”, *General Economic History*, tradução inglesa de Frank H. Knight, Londres: George Allen & Unwin, sem data, p. 302-314.

¹⁹ *Op. cit.*, p. 39.

São muitas as mudanças sociais impelidas pela segunda revolução industrial e que são pertinentes à nova estrutura de classes. Podem-se mencionar a difusão da propriedade através da posse de ações, o crescimento do setor terciário – comércio, finanças, administração pública, o aumento percentual dos profissionais liberais e a profissionalização de um número crescente de ocupações. Pretendo tecer comentários apenas sobre os dois desenvolvimentos já mencionados: a crescente importância das “novas classes médias” e o operariado semiquualificado.

A importância cada vez maior do trabalhador industrial semiquualificado pode ser acompanhada perfeitamente nas Estatísticas ocupacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, de 1910 para cá, nota-se uma diminuição dos operários qualificados (*skilled*) e não-qualificados (*unskilled*) em relação aos semiquualificados (*semi-skilled*). O processo é geral nos países industriais do mundo ocidental. No que se refere ao operário característico do sistema industrial hodierno, pode-se falar em degradação, empregando-se o termo em seu sentido etimológico – pois há perda de qualificação com o progresso tecnológico – e em nivelamento, pois a uma variedade de ofícios se substitui um operariado mais homogêneo. Justifica-se falar, segundo as categorias weberianas, em aparecimento de nova situação de mercado? Creio que sim. O operário semiquualificado é o *machine-tender*, o cuidador de máquinas, mero apêndice do equipamento técnico da indústria. Não tem propriamente ofício, pode ser treinado para operar máquina semi-automática ou para trabalhar junto à linha de fabricação em série, em questão de semanas. A especificidade da sua situação de classe ²⁰, em relação à dos operários oficiais, consiste no fato de ser facilmente substituível. A transformação da situação de classe fez-se sem resultar, de imediato, em consciência e ação de classe. Percebe-se isto, atentando-se para as formas de organização

²⁰ Quero apenas sugerir o aparecimento de uma classe de operários semiquualificados, distinta de outras classes de trabalhadores manuais. Uma das principais dificuldades, a meu ver, da aplicação das categorias weberianas de “situação de classe” e “classe” reside na própria determinação da probabilidade característica de certas oportunidades de vida. Até que ponto a delimitação das diversas situações de classe depende das oportunidades de vida escolhidas para estudo e, portanto, resulta apenas numa “classificação” do pesquisador? A análise deste ponto é uma das possibilidades de aprofundamento teórico do problema de classes, o qual ultrapassa os limites deste estudo.

sindical que surgem na história do movimento trabalhista. As primeiras organizações de trabalhadores que aparecem na Inglaterra, França, e Estados Unidos, são sindicatos de operários qualificados. Na Inglaterra, ao descrever os sindicatos dos meados do século XIX, fala-se numa *aristocracy of labour*. São os sindicatos organizados segundo linhas ocupacionais, *craft-unions*, como são denominados nos países de língua inglesa. O novo tipo de trabalhador – nas grandes sociedades anônimas – o semiquualificado, o qual opera máquinas semi-automáticas ou automáticas e pode ser substituído por outro operador de máquinas diferentes, de momento para outro, torna inoperante o velho tipo de sindicato – segundo linhas ocupacionais. Este podia subsistir somente nos casos em que subsistia a qualificação profissional. Para os “torneiros” das linhas de produção de várias empresas, por exemplo, não faz sentido a sindicalização à parte dos outros trabalhadores do mesmo ramo industrial. Com baixa qualificação, substituíveis, qualquer ação conjunta desse grupo isolado dos demais será pueril. Entretanto, um novo tipo de sindicato, reunindo todos os operários de um mesmo ramo industrial, quaisquer que sejam suas “ocupações”, tardou a se formar. O caso americano é marcante. Embora a nova situação de classe tivesse surgido bem antes da primeira guerra mundial, a formação das grandes *industrial unions* daquele país, somente ocorreu na década de 30, sob o impacto da depressão econômica. É interessante notar que, a partir daí, o sindicalismo americano ganhou força.

Faltam pesquisas, estudando pormenorizadamente tais processos histórico-sociais. A análise da greve nas indústrias de sapato, de uma pequena cidade da Nova Inglaterra, realizada por Warner e seus colaboradores, é uma entre poucas que pode ilustrar o que foi dito anteriormente ²¹. Os operários das indústrias de *Yankee City* não eram sindicalizados e nunca haviam participado de greve alguma. Empregadores e líderes trabalhistas eram unânimes em afirmar que os operários das indústrias da comunidade jamais fariam greve. Entretanto, no período mais grave da depressão, eles entraram em greve e todas as fábricas da cidade paralisaram suas atividades. O movimento durou um mês e, nesse tempo, os

²¹ William Lloyd Warner e J. O. Low, *The Social System of the Modern Factory: A Social Analysis*, New Haven: Yale University Press, 1947; ver também W. Lloyd Warner e J. O. Low, “The Factory in the Community”, in William F. Whyte (ed.), *Industry and Society*, Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1946, p. 21-45.

operários organizaram um sindicato: os empregadores foram totalmente derrotados. Warner, ao analisar as causas profundas da sindicalização e da greve, concluiu que estas eram decorrentes das modificações históricas do sistema industrial. Em primeiro lugar, Warner aponta, como fator causal, a quebra da hierarquia de ofícios qualificados. Anteriormente, a divisão de trabalho da indústria, de sapatos era constituída por uma série de ofícios que exigiam graus de qualificação diversos. Tais ofícios formavam, na realidade, uma hierarquia de prestígio e idade, ligada à qualificação crescente. Ao ficar mais velho, o trabalhador podia esperar passar para ofícios mais qualificados, de maior prestígio e melhor remunerados. Com a mecanização, cada ofício foi subdividido em vários serviços, exigindo baixa qualificação e as máquinas passaram a executar a maioria das operações necessárias. A hierarquia de ofícios qualificados transformara-se numa camada horizontal de funções igualmente pouco qualificadas.

A segunda causa é a perda do controle das indústrias pela comunidade. As fábricas antes pertenciam a indústrias locais; com a expansão das empresas, passaram a fazer parte de estruturas industriais muito mais amplas, com escritórios centrais nas grandes capitais e fábricas noutras cidades. Warner mostra que, enquanto as fábricas eram de propriedade local, os industriais eram líderes da comunidade, membros da “classe alta” e a sua administração refletia o controle informal exercido pelas atitudes e tradições da comunidade. “Havia sentimentos de vizinhança e amizade entre o diretor e o operário, e responsabilidades mútuas, um em relação ao outro, e à comunidade, que iam muito além dos acordos formais entre empregador e empregado”²². A expansão da estrutura industrial destruiu tais relações pessoais, lealdades e obrigações. As decisões passaram a ser feitas fora da comunidade, sem levar em consideração as suas necessidades e interesses específicos. A teia de relações, que tornavam os industriais líderes da comunidade, foi substituída por uma relação. “puramente econômica de empregador e empregado”²³.

Em suma, as raízes da greve e da sindicalização encontradas por Warner estão nas transformações que ultrapassam de muito *Yankee City* e que constituem a segunda revolução industrial. Este estudo mostra como os

²² “The Factory in the Community”, *loc. cit.*, p. 35.

²³ *Idem*, p. 40.

fenômenos de classe e *status* podem estar inter-relacionados²⁴. Na época em que as indústrias ainda eram locais e a antiga divisão de trabalho ainda estava intacta, a dimensão básica da estratificação era a de classes; porém, sobre esta estrutura havia, claramente superposta, uma hierarquia de *status*, com os fenômenos característicos de estilo de vida, prestígio tradicional etc. As mudanças tecnológicas e econômicas modificaram as situações básicas de classe e destruíram a hierarquia de *status* que, sobre as mesmas, se havia desenvolvido. A redefinição da própria posição, pelos operários, segundo interesses de classe, e o aparecimento de ação conjunta, foram causados, é importante salientar, tanto pelas ansiedades provocadas pela quebra da hierarquia de *status*, quanto pela própria mudança da situação de mercado.

Todavia, mostrar a inter-relação apenas num caso concreto, entre os fenômenos de classe e de *status*, não é suficiente; é necessário analisar, também, qual dos dois constitui a estrutura básica. Para a explicação de fatos, tais como sindicalização e greve, esta parece ser a de classe, tendo o fenômeno *status* caráter derivado.

Para maior compreensão da estratificação social da sociedade ocidental moderna e da sua dinâmica, é importante fazer a análise histórico-social de mais variados casos do que os até agora estudados. Como já disse, o campo que me parece mais promissor para pesquisas deste problema é o do estudo comparativo do movimento trabalhista e das relações de conflito industrial, considerando-se sempre as condições concretas de mercado, a sua dinâmica e peculiaridades, bem como as condições sociais em que tais fenômenos ocorrem²⁵.

O outro aspecto da segunda revolução industrial, que quero comentar rapidamente, é o da burocratização²⁶ da empresa industrial e seus efeitos sobre o sistema de classes. Dois dos traços – interdependentes – da segunda revolução industrial são responsáveis pela burocratização das empresas: a formação das gigantescas sociedades anônimas hodiernas e o movimento de racionalização do trabalho. Como já disse, a “taylorização” das empresas e a introdução dos métodos de produção em massa, significaram uma

²⁴ Esta interpretação difere da de Warner, cuja conceituação de classe social não distingue as dimensões classe e *status* da estratificação social.

²⁵ Ver nota 14

²⁶ Emprego o termo burocratização no sentido dado por Weber. *Op. cit.*, p. 196-244.

separação, mais completa e mais radical do que no passado, das funções de planejamento das de execução. Se, por um lado, devido a este processo, o operário semiquilificado se restringia a obedecer ordens e não decidia nem ao menos *como* executar o seu trabalho, por outro, criava uma, quantidade enorme de supervisores, técnicos de tempo e movimento, inspetores de qualidade, programadores de produção etc. Devo observar, entre parênteses, que a “automação”, hoje tão em voga nas discussões de problemas industriais, representa, neste ponto, a continuação dessa tendência. Um aspecto da burocratização, portanto, é o aumento da proporção do pessoal administrativo em relação à mão-de-obra diretamente aplicada na produção. Documenta-o Reinhard Bendix, em um estudo comparativo da burocratização da indústria nos Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra e Suécia, com relação a todos estes países ²⁷.

Não é meu propósito discutir aqui, exaustivamente, a posição desses grupos, numericamente cada vez mais importantes, no sistema de estratificação. Não que isto não tenha significado fundamental para a compreensão do mesmo, como o teria, também, a análise da dinâmica de sua posição, é que este assunto ultrapassaria, de muito, os objetivos que fixei para esta exposição, quais sejam o de mostrar a contínua dinâmica da estratificação social, resultante da mudança da estrutura econômica, inerente à sociedade industrial, e de ilustrar alguns dos desenvolvimentos mais recentes do sistema de estratificação. É interessante, porém, mostrar a variedade de interpretações do papel e da dinâmica das chamadas “novas classes médias” ²⁸. Há quem julgue que estas se transformarão, com o tempo, numa classe politicamente independente, destinada a ser a classe dominante do futuro. Outra interpretação é a que acentua a importância dessas classes intermediárias, entre o Capital e o Trabalho, como “amortecedores” de conflitos sociais e estabilizadores da ordem social. Segundo outro ponto de vista, tais camadas são objeto do processo previsto pelo esquema marxista; os caracteres que as distinguem dos trabalhadores

²⁷ “The Bureaucratization of Economic Enterprises”, *Work and Authority in Industry: Ideologies of Management in the Course of Industrialization*, Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc., 1956, p. 198-253.

²⁸ Ver C. Wright Mills, *White-Collar: The American Middle Classes*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1953, p. 290-291.

manuais (renda, educação, prestígio etc.) desaparecerão e, com o aumento da intensidade da luta de classes, serão amalgamadas pela classe proletária.

Não há escassez de estudos e interpretações na análise deste problema. Há necessidade, porém, de maior clareza teórica e maior cuidado metodológico. Como observa C. Wright Mills, as interpretações contraditórias propostas decorrem, em boa medida, de terem os estudiosos em mente setores diversos das “novas classes médias”, definindo-as segundo grupos ocupacionais diferentes ²⁹. Faz-se mister proceder a análises mais precisas destas camadas (uma das melhores é a de Mills: White Collar), que focalizem, para cada uma, separadamente, os componentes classe e status, as perspectivas e atitudes coletivas, a tendência para organizar-se (inclusive sindicalização) e o comportamento político.

Para terminar esta primeira parte da exposição, direi alguma coisa sobre *status* e o seu papel no sistema de estratificação da sociedade industrial. Vimos que, para a compreensão dos fenômenos em *Yankee City*, tanto *status* como classe precisam ser utilizados. Sugerir que *status*, em *Yankee City*, era o fator secundário e classe o primário e fundamental. Para fazer tal distinção entre o primário e o secundário, é necessário, entretanto, analisar o processo histórico-social, responsável pelo sistema de estratificação. A sugestão, que fiz, coaduna-se com as hipóteses levantadas por Marshall, em trabalho já citado ³⁰. Sugere o sociólogo inglês que, na Europa Ocidental, o atual sistema de *status* (remanescente da aristocracia) constitui herança dos estamentos do período feudal, anterior ao capitalismo, e estaria sofrendo gradual desgaste com a democratização da sociedade. A situação em países como os Estados Unidos, onde nunca houve estamentos, seria diversa. Os fenômenos de *status* formaram-se aí na medida em que as desigualdades sociais, baseadas em classes, se cristalizaram e se ligaram a valores culturais. Concordando-se com o contraste traçado na hipótese de Marshall, poderíamos acrescentar a sugestão de que, na Europa, par a par com o processo de desintegração dos remanescentes da antiga estrutura de *status*, ocorreu a formação de novas hierarquias de *status*, sempre que a mudança econômica diminuiu seu ritmo. Na Europa ou nos Estados Unidos, haveria fases de enfraquecimento das novas estruturas de *status* (que

²⁹ *Idem*, p. 291-292; Cole, “The Conception of the Middle Classes”, *op. cit.*, p. 78-79.

³⁰ *Op. cit.*, p. 13-14.

denominei de secundárias, por superpostas à estrutura de classes), nos períodos de recrudescimento da mudança tecnológica (caso dos processos analisados em *Yankee City*).

Para finalizar, resta mencionar um: fenômeno de estruturação em grupos de *status*, cuja persistência na sociedade industrial dificilmente poderia ser relegada a um segundo plano ou ser considerada como desenvolvimento secundário da estrutura de classes. Quero referir-me aos grupos étnicos e raciais. Evidente é a sua importância, como elemento modificador da estratificação da sociedade industrial, em países como os Estados Unidos. Qualquer que seja a sua classe, as oportunidades de vida de um americano são determinadas, em boa parte, pelo grupo racial a que pertence. Não obstante haver estudiosos³¹ que buscam uma causalidade econômica para a situação racial americana, a meu ver, tais análises são artificiais e não explicam os fatos. Grupo racial é, tanto como classe, um elemento necessário para explicar a desigualdade na sociedade americana. Pode-se colocar como problema até que ponto a dinâmica e as exigências do sistema industrial estão concorrendo para enfraquecer, ou pelo menos modificar, a situação racial. A política deliberada de aceitação de negros, adotada por sindicatos do norte do país, ilustra o tipo de fatos que devem ser analisados para a compreensão do problema.

4. Algumas observações sobre industrialização e estratificação social no Brasil

Ao considerar o problema no Brasil, é preciso acrescentar ainda outro aspecto da estratificação social, o que diz respeito à unidade da estrutura, pois o Brasil, como já foi dito muitas vezes, é, em certa medida, uma sociedade plural. Falar, portanto, de um único sistema de estratificação para as várias partes do país é interpretação demasiado simplista. Isto não significa, necessariamente, que nelas existam sistemas de estratificação desligados uns dos outros. Determinar o modelo que melhor se ajuste à realidade brasileira é questão ainda não resolvida. Seja qual for, entretanto,

³¹ Ver, por exemplo, Oliver Crowell Cox, *Caste, Class & Race: A Study in Social Dynamics*. Nova Iorque: Doubleday & Company, Inc., 1948, p. XXIX-XXXVIII.

parece certo que classe e *status* têm importância e papel diversos nas várias partes componentes do sistema de estratificação social. É preciso, além disso, compreender a organização social, no seu dinamismo. O Brasil novo está crescendo à custa do Brasil arcaico³², tanto pela expansão das técnicas econômicas modernas, como pelos movimentos de migração interna.

Minha intenção é apenas apresentar uns poucos dados pertinentes à incorporação de contingentes rurais à classe operária. A questão tem, realmente, dois aspectos. Primeiro, a situação objetiva, a respeito da qual poderíamos indagar: quão estável é a mudança de posição dos operários de origem rural? Permanecem os rurícolas na condição de operários? O segundo aspecto, inter-relacionado evidentemente com o primeiro, é o de se saber até que ponto daquela mudança de posição resultou o aparecimento, entre os operários, de novas atitudes e normas coletivas, assim como de solidariedade e ação conjunta.

Não pretendo propor soluções definitivas para tais problemas, mas simplesmente discutir, na base de duas pesquisas, algumas idéias a respeito.

O primeiro caso, que citarei, é o de uma pequena cidade industrial no interior do Brasil³³, com uma população pouco superior a 10.000 habitantes. A principal fonte de trabalho aí existente é uma fábrica, com cerca de 1.000 operários, fundada em 1925. Os industriais pertencem a uma família tradicional, de grandes proprietários de terras, um destes clãs políticos, tão comuns no Brasil. O operariado provém, predominantemente, da zona rural circundante, impelido por alteração profunda na economia do campo, qual seja a substituição da agricultura pela pecuária, com a sua escassa mão-de-obra. Um exame das relações industriais revela, porém, que elas conservam os mesmos padrões tradicionais que uniam o fazendeiro e seus prepostos aos colonos e camaradas. Lealdade e subordinação de um lado, e a obrigação moral de proteção, do outro, são normas transplantadas da

³² Jacques Lambert, *Le Brésil*, Paris: Librairie Armand Colin, 1953, p. 64-82.

³³ Pesquisa realizada em 1958, patrocinada pela Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, do Ministério da Educação e Cultura. A descrição que segue representa o resultado de um primeiro exame de dados, que ainda não estão completamente analisados. Ver o primeiro relato da pesquisa no trabalho do autor: "Relations industrielles dans deux communautés brésiliennes", *Sociologie du Travail*, 1961, n.º 4, p. 330-344. (Tradução publicada neste livro às p. 135-151.)

fazenda para a fábrica. Sendo os diretores, também, grandes proprietários rurais, a obtenção de emprego industrial significa, não raro, apenas a continuação de uma relação de dependência preexistente. A relação que liga o operário aos patrões não é simples relação contratual de emprego; é uma relação total: o patrão, além de empregador, é quem dá moradia, empresta dinheiro, aconselha e ajuda nas horas de dificuldades. A preocupação que tem pelo bem-estar do operário e sua família não visa, calculadamente, à obtenção de determinados fins; é expressão espontânea advinda da obrigação tradicional de membros da “classe alta” de cuidarem de seus dependentes.

O industrial, por sua vez, não exige – do operário somente aqueles deveres inerentes à função de simples empregado, pois este não tem deveres definidos e delimitados, a não ser o de lealdade. Votar em partido contrário ou recorrer ao sindicato são atos de deslealdade e razão suficiente para quebra da relação tradicional. O sistema de autoridade pode ser descrito, *grosso modo*, como hierarquia de relações pessoais e costumeiras. Os mestres são “homens de confiança” dos donos; estes “podem contar com eles” para serviços que exorbitam de muito de uma simples relação de emprego, estreita e nitidamente delimitada. Os mestres, por outro lado, gozam de toda a sorte de privilégios. Esta relação patrão-mestre tende a se repetir, ao passo que se desce na escala hierárquica.

Esta descrição peca por deixar de lado a dinâmica das relações. Não é difícil perceber a atuação de fatores de mudança, como, por exemplo, a necessidade de aumento de produtividade, imposta aos industriais pela concorrência de seus produtos no mercado nacional, a legislação trabalhista e o aparecimento do sindicato. Vejamos qual parece ser o processo de mudança que, por vários motivos, leva a um enfraquecimento das relações tradicionais. O acirramento da concorrência leva os empresários a procurar intensificar o ritmo de trabalho e a reduzir a assistência aos seus empregados. Empenham-se, por exemplo, em exercer pressões, sem base em estudos sistemáticos, para aumentar a eficiência, que sabem baixa. Os operários, por seu turno, vêem que trabalhando tanto ou mais, não ganham como antes. Os ressentimentos criados por estas circunstâncias tendem a ser canalizados para o sindicato e o presidente deste, como era de esperar, torna-se, na maioria das vezes, mero porta-voz: *pede* pelo empregado, mas com toda a cautela, para não desagradar “os patrões”. Não obstante este

fato, a procura do sindicato, pelo operário, é tomada como ruptura das relações tradicionais. O industrial, a partir deste momento, sente-se desobrigado de cuidar de seu empregado, podendo este até perder o emprego ou, pelo menos, na expressão local, “perder seus direitos na fábrica” (deixar de receber empréstimo, “vales” para médico etc.). Não é de admirar que somente operários estáveis pertençam à diretoria do sindicato. Desejo chamar a atenção para a circularidade do processo. Um enfraquecimento das relações tradicionais leva a um encadeamento de ações que têm por resultado final uma ruptura, ainda maior, das mesmas; há um distanciamento crescente entre patrões e empregados e o sindicato torna-se instrumento rotineiro de contato entre operários e empregadores.

Antes de sua vinda para a cidade, estes operários já estavam colocados numa situação de mercado; a estrutura de classes, porém, devido à sua estabilidade, tradicionalizou-se, com o conseqüente desenvolvimento de atitudes, estilos de vida e relações característicos de estruturação em grupos de *status*; as duas dimensões no caso coincidiam. Na fábrica, apesar de as situações de classes haverem se transformado, conservou-se a hierarquia de *status* tradicional. Com base na nova posição de classe, surge a ação conjunta – na realidade muito incipiente – segundo interesses comuns, somente quando aquela hierarquia de *status* é abalada.

Um outro estudo, o da mão-de-obra de origem rural de uma fábrica, na cidade de São Paulo ³⁴, ajudará a esclarecer o processo de formação da classe operária. Nesta empresa industrial cerca de dois terços dos operários semiquilificados das linhas de produção vieram da lavoura, ou de pequenas vilas do Brasil. Oriundos de um mundo rural tradicional, integraram-se na estrutura fria e impessoal da fábrica moderna, onde não existem condições para a permanência dos padrões e relações tradicionais. Nota-se, porém, a atuação de valores tradicionais, relativos ao trabalho, por exemplo, o da independência econômica, “trabalhar por conta própria”. Desligados da estrutura social de origem, tendem a agir, para implementação desses

³⁴ Ver o meu artigo: “A Fixação do Operário de Origem Rural na Indústria. Um Estudo Preliminar”, *Educação e Ciências Sociais*, vol. II, n.º 6, Ano 2 (novembro de 1957), p. 293-322. Os resultados completos desta pesquisa acham-se publicados no capítulo 12 do livro *Mobilidade e Trabalho* (por Bertram Hutchinson e outros), Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, p. 360-440. Reimpresso neste livro às p. 16-86.

valores, conforme os seus “interesses pessoais”. Daí observar-se a pouca identificação destes trabalhadores de origem rural com a condição de operário. São constantes as mudanças de emprego, muitas das quais os levam, novamente, para a lavoura, ou, pelo menos, saindo da estrutura industrial, para o comércio ambulante ou outras formas de trabalho “por conta própria. Pode-se dizer, e tanto o seu comportamento como suas atitudes o demonstram, que se utilizam do emprego fabril, da legislação trabalhista e do sindicato (a fim de, por exemplo, receberem indenização por dispensa), para conseguirem estabelecer-se em ocupação independente.

Análise do comportamento destes operários, durante uma greve ocorrida em 1957, no ramo industrial a que pertencem, mostrou quão tênue era a sua solidariedade; esta baseava-se numa vaga hostilidade em relação aos patrões e o grupo solidário era apenas o de colegas de trabalho. Não se notaram, além do mais, entre eles, normas sociais relativas à conduta no trabalho, que, criadas no ambiente industrial, indicassem a existência de um grupo diferenciado.

Ao contrário dos trabalhadores da fábrica do interior, os de São Paulo acham-se numa fábrica em cuja estrutura não persistem relações tradicionais. A hostilidade aos patrões e a colocação das relações em termos de interesse são fatos mais evidentes. Tais atitudes e sentimentos, porém, não servem de base para participação em ação conjunta, quer independentemente, quer através do sindicato. Entre as determinantes desta situação, como procurei mostrar, está o fato de não permanecerem na condição de operário, resultante, ao mesmo tempo, da sua orientação psicológica para atividades independentes e da existência de alternativas econômicas na metrópole.

Na cidade do interior, ao contrário, formou-se um operariado de relativa estabilidade, decorrente das poucas possibilidades de outros empregos que não o fabril. A alternativa, na maioria dos casos, é a migração para outra comunidade. A ação operária é provavelmente facilitada, também, pelo fato de todos os associados do sindicato trabalharem na mesma empresa e estarem unidos por laços comunais, de parentesco e de vizinhança. Encontramos aí, portanto, maior identificação do operário com o sindicato e alguns exemplos de ação conjunta, embora tímida.

Mais estudos fazem-se necessários, antes que tenhamos uma compreensão do processo de formação da classe operária no Brasil. As pesquisas que mencionei focalizam os setores da classe que se estão formando à custa de migrantes rurais. Certamente há outros, nos centros mais industrializados, onde se acha mais adiantado aquele processo.

Creio haver ilustrado suficientemente a perene mudança da estratificação social da sociedade ocidental, sob a ação do dinamismo inerente ao seu sistema industrial. “Mudança”, porém, é termo demasiadamente neutro para caracterizar a processo, e “estratificação”, demasiadamente estático para indicar fenômenos que estão em fluxo; por isso, volto a salientar as desestratificações e reestratificações que ocorrem continuamente, com ritmos variados e, de tal forma, que se justapõem camadas, em vias de desaparecimento, baseadas em condições objetivas e subjetivas do passado, a outras ainda não completamente formadas.

Tal situação é especialmente patente em países como o Brasil onde uma estrutura arcaica começa a se transformar, devido à expansão do sistema industrial. O processo, aqui, apresenta aspectos que, provavelmente, se assemelham a situações criadas nas pequenas vilas industriais dos primórdios do industrialismo europeu. Mas não convém ir longe demais com o paralelo. Migrantes rurais vêm para um sistema industrial (e, portanto, colocam-se numa situação de classe) que muito difere das primeiras fábricas da Revolução Industrial do século XVIII.

Para entender a formação da classe operária no Brasil, (creio ser indispensável levar em conta esta “superposição de épocas” Na primeira parte deste trabalho, tratei do aparecimento, nos países mais industrializados, de novas situações de classe, tais como a do operariado semiqualeificado e a das “novas classes médias”. Tais fenômenos são tão importantes para se compreender a estratificação do Brasil industrial, como o processo, acima examinado, de assimilação de contingentes rurais ao seu proletariado.